



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
GABINETE DO PREFEITO**

Of. nº. 289/15

Formosa-GO, 09 de dezembro de 2015.

**Excelentíssimo Senhor
JURANDIR HUMBERTO A. DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Formosa
Formosa-Goiás**

Senhor Presidente,

A par de meus cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência encaminhar a Mensagem de Veto nº. 080/15, de 01 de dezembro de 2015..

Sem mais para o presente momento, apresento votos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

**IANY MACÊDO TRONCHA
Superintendente de Legislação e Documentação**

RECEBEMOS
30 / 12 / 15
Gabinete da Presidência



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA

MENSAGEM N.º 080/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Encaminhamento de Veto

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que nos termos do artigo 69, IV, da Lei Orgânica e artigo 66, § 1º da Constituição Federal, resolvi **vetar parcialmente** o Autógrafo n.º 077/2015 de 13/11/2015, (Projeto de Lei do Poder Legislativo), que ***“Dispõe sobre a instituição do projeto arborização setorizada, no Município de Formosa GO, e dá outras providências.”***

Razões do Veto. O veto recai integralmente ao artigo 2º do Autógrafo n.º 077/2015, pelas seguintes razões adiante expostas:

O Artigo 2º do autógrafo 077/2015, diz:

“Art. 2º O Município de Formosa fica obrigado no prazo de 12 meses, executar o plantio de 200 árvores no mínimo em cada um dos 45 Setores do Município de Formosa.”

O artigo, ora vetado está totalmente em desconformidade com o nosso sistema jurídico constitucional, no tocante a competência dos Municípios , pois verifica-se que o prazo ora estipulado no mencionado autógrafo não é suficientemente apto para o plantio de no mínimo 200 árvores em cada um dos 45 setores deste município, considerando o curto prazo para término da gestão atual, não poderá a administração promover qualquer ato



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA**

MENSAGEM N.º 080/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

administrativo que importe aumento de despesa corrente para futuro mandato que será a partir de 2017.

Tendo em vista ainda que, o município não dispõe de verba orçamentária para a realização do plantio, considerando que na forma do Artigo 21 da Lei Complementar 101/00, considera nulo de pleno direito qualquer ato que importe o aumento de despesa sem os requisitos do planejamento, na forma dos artigos 16 e seguintes do citado diploma legal.

Nota-se a inobservância ao Princípio da Eficiência e ao interesse público, com a retirada do mundo jurídico de tal dispositivo, vez que, há ausência de requisitos orçamentários para a realização de tais plantios, bem como curto prazo para execução do mesmo.

E ainda, com a iniciativa do Projeto de lei, vindo o mesmo a ser sancionado, estaria gerando um aumento de despesa no Município de Formosa em período vedado, tendo em vista que o Município se encontra nos limites com gastos financeiros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

São estas as razões que nos levaram a vetar parcialmente o Autógrafo n.º 077/2015 de 13 de novembro de 2015, por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público, e que ora submetemos a esta Augusta Casa, contando desde já com alto espírito público de Vossa Excelência e de todos os seus insígnies pares.



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA**

MENSAGEM N.º 080/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Cordialmente,

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Ver. JURANDIR HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara de Vereadores de Formosa
Formosa – Goiás.